



SEÇÃO DOSSIÊ: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E IDEOLOGIA

A ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência do Brasil: uma análise do antagonismo no discurso político

The rise of the Workers' Party to the Presidency of Brazil: an analysis of antagonism in political discourse

Anna Júlia Farias de Castro¹

orcid.org/0009-0000-7577-7242
annajuliacaastro@gmail.com

Recebido em: 17/09/2023.

Aprovado em: 30/10/2023.

Publicado em: 19/12/2023.

Resumo: O presente estudo procura entender a ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República do Brasil. Realiza-se uma análise dos discursos programáticos das candidaturas de Lula entre 1989 e 2006. Nesse sentido, engloba o período de ascensão do PT e de Lula à presidência e sua reeleição. O foco da pesquisa encontra-se na construção discursiva de antagonismos sociais, econômicos e políticos nos Programas de Governo destas eleições. Foi utilizada a análise de discurso e de conteúdo, procurando encontrar as construções de antagonismos entre "nós" e "eles" e como estes antagonismos inserem-se nos discursos de Programa de Governo. Embora a literatura aponte para uma moderação ideológica do PT, entre 1989 e 2002, esta pesquisa revela que o partido manteve o uso do antagonismo político em seu discurso. Apenas o antagonismo com base em diferenciação econômica foi reduzido no período. A lógica antagonista do discurso deixou de ser empregada apenas em 2006, na candidatura de reeleição.

Palavras-chave: Lula. Ascensão. Partido dos Trabalhadores. Programas de Governo. Presidência da República.

Abstract: The present paper seeks to understand the rise of the Workers' Party to the Presidency of the Republic of Brazil. It analyzes Lula's programmatic speeches between 1989 and 2006. In this sense, it encompasses the period of the rise of the Workers' Party and Lula to the Presidency and his re-election. The research focuses on the discursive construction of the social, economic and political antagonisms in the Government Programs of these elections. Discourse and content analysis was used, seeking to find the constructions of antagonisms between "us" and "them" and how these antagonisms are inserted in the Government Program discourses. Although the literature points to an ideological moderation of the Workers' Party, this research reveals that the party maintained the use of political antagonism in its discourse. Only antagonism based on economic differentiation was reduced in the period. The logic of the antagonistic speech stopped being used only in 2006, in the re-election candidacy.

Keywords: Lula. Rise. Workers' Party. Government Programs. Presidency of the Republic.

Introdução

Esta pesquisa procura entender o processo de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Luiz Inácio Lula da Silva à mais alta posição do poder executivo brasileiro no início dos anos 2000. O estudo tem como foco principal a análise dos discursos programáticos das candidaturas de Lula em cinco eleições distintas: 1989, 1994, 1998, 2002 (quando foi eleito pela primeira vez) e sua reeleição em 2006. Este período de análise foi



¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil.

criteriosamente escolhido, uma vez que engloba não apenas a trajetória até a posse presidencial, mas também a subsequente campanha para a reeleição, permitindo identificar mudanças significativas e compreender as estratégias empregadas durante suas duas vitórias presidenciais.

Esta investigação traz uma análise da mudança e evolução dos discursos políticos do PT ao longo do tempo, com especial ênfase na construção de antagonismos como uma tática central. Além disso, examina-se como o contexto político, social e econômico tumultuado desse período foi aproveitado para promover suas propostas e como o PT, apesar das mudanças no discurso, manteve sua relevância política. Em última análise, este estudo confirma a hipótese de que o PT e Lula utilizaram a construção do antagonismo "nós" versus "eles" para estabelecer uma conexão sólida com seu eleitorado, em meio a um cenário político conturbado, bem como exploraram alianças com o "centrão", apesar de suas raízes de oposição declarada. Embora a literatura muitas vezes destaque uma moderação ideológica do PT e de Lula durante o período inicial, esta pesquisa demonstra que a estratégia de campanha do partido fez uso de antagonismos econômicos, sociais e políticos como parte integrante de sua abordagem. Somente em 2002, essa lógica antagônica com base na diferenciação econômica foi atenuada, como será abordado mais adiante. Em 2006, durante sua reeleição, o discurso antagônico deixou de ser proeminente, com apenas críticas pontuais à oposição. Lula, em seu Programa de Governo, concentrou-se em defender-se das críticas enfrentadas durante seu primeiro mandato.

Este trabalho, portanto, desvenda uma parte significativa da história política e social do Brasil, oferecendo uma análise sobre a estratégia política do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva. Ao analisar a construção de antagonismos nos discursos políticos, esta pesquisa lança luz sobre as dinâmicas que moldaram a ascensão e a permanência do PT no poder, influenciando decisivamente a política brasileira nas primeiras décadas do século XXI.

1 Antagonismo Político: elementos teóricos e metodológicos

Um dos principais focos desta pesquisa reside na análise da construção discursiva de antagonismos sociais, econômicos e políticos nos Programas de Governo dessas eleições, a partir do trabalho de Laclau e Mouffe (Mouffe 2005). O primeiro passo realizado na análise do material foi a leitura flutuante, identificando a construção de relações de antagonismo nos Programas de Governo.

Laclau e Mouffe criaram o termo antagonismo, que se relaciona com a teoria do populismo de Laclau, uma lógica política ou forma de construção política que não necessariamente tem algum vínculo ideológico específico ou que seja antidemocrático, mas seria um requisito para a democracia. As categorias antagônicas "povo" e "elite" não são fixas, mas flutuantes e construídas pelo discurso (Araújo 2021). Mouffe e Laclau entendem a política como a busca por hegemonia, ou seja,

[...] práticas articulatórias discursivas com capacidade de produzir um sistema de equivalências entre as diferenças.[...] Dessa forma, podemos assumir que [...] a política é uma disputa discursiva sobre a capacidade de organizar as diferenças em cadeias de equivalência, o que necessariamente implica numa relação antagônica com uma outra cadeia de equivalência (Araújo 2021, 351).

Ou seja, ao analisar os fenômenos políticos, pode-se observar a formação das cadeias de equivalência e, logo, as relações de antagonismo, em que opera como uma linha divisória na sociedade, permitindo a produção discursiva do "nós", outra cadeia de equivalência (Araújo 2021). Mouffe (2005) explica ainda o "pluralismo agonístico", em que o propósito da democracia seria o de construir o "eles" de forma que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas adversários, com ideias a serem combatidas, sem colocar em questão o direito de defender tais ideias. Seria esse o sentido da tolerância liberal-democrática, que não precisa haver indiferença ou condescendência com as ideias que se opõem, mas permite tratar aqueles

que as defendem como opositores legítimos e, quando não há solução racional para esse conflito - a incompatibilidade de ideias e posicionamentos -, surge a dimensão antagonística.

Mas Mouffe (2005) complementa - como será visto no governo Lula em 2002 - que isso não significa que adversários não possam "cessar de discordar". Nem a cessação da discórdia terminaria com o antagonismo, afinal, aceitar o posicionamento do adversário significa uma mudança radical de identidade política, uma conversão, e não um "processo de persuasão racional". A autora ainda refere que existem também os pactos, chamados de *compromises*. Contudo, essas possibilidades representam apenas uma interrupção temporária de uma confrontação contínua. Ou seja, se em um dado momento - histórico, político, social - ocorre um acordo entre adversários, isso não significa que não há mais relações antagônicas como um todo. O acordo deve ser percebido como algo momentâneo e não definitivo, afinal, as relações políticas são sempre a busca pela hegemonia, e podem sofrer mudanças em seu *modus operandi* em contextos específicos.

Para complementar, Pinto (2006) explica que o discurso político deve ser analisado em duas linhas: a) o êxito em desconstruir o outro e b) como constrói a si mesmo, em oposição ao seu adversário. Por isso, uma relação é antagônica quando a presença de um não deixa o outro se construir por inteiro, não pode ser completo pela presença do adversário. Com isso, segundo Pinto (2006), há uma tendência histórica na América Latina, que o presente trabalho pôde observar

no caso de Lula, de discursos que privilegiam a lógica da equivalência, tais quais os discursos populistas que constroem uma noção de "povo". Conforme entendimento de Mouffe e Laclau (Araujo 2021) explicado anteriormente, esses discursos antagônicos às vezes são interpretados como populistas, principalmente devido a uma confusão do entendimento do termo populismo. Explicados esses pontos e a partir do que se foi observado nos Programas de Governo de Lula ao longo dos anos, o antagonismo "nós" e "eles" será chamado, nesta pesquisa, de "povo" e "elite", os termos que mais se repetiram ao longo das análises.

A pesquisa utiliza análise de discurso e de conteúdo, visando identificar e compreender as formas como os discursos políticos foram moldados em torno da dicotomia "nós" versus "eles". Para a análise de conteúdo, foram separados e quantificados radicais, entendido aqui pelo elemento básico e significativo de uma palavra do ponto de vista gramatical, que se relacionam com "eles" dentro do antagonismo "nós" e "eles". Por exemplo, para ilustrar o procedimento, entre os radicais para identificação de "eles" podem ser referidos: "ditad" (ditadura, ditador); "latifund" (latifúndio, latifundiário), "burgu" (burguês, burguesia).

Após a análise do conteúdo, constatou-se o uso de termos derivados de tais radicais, de acordo com a construção discursiva de antagonismos sociais, econômicos e políticos. Portanto, como em Ricci, Izumi e Moreira (2021), a partir da leitura foi gerado um dicionário de termos que implicam relações antagônicas, classificando-os em *econômico-social e político*:

QUADRO 1 – Termos derivados dos radicais de acordo com antagonismo econômico-social e/ou político

	Eixo Econômico-social	Eixo Político
Nós	classe trabalhadora; trabalhadores; classe; operária; pobre; pobres; povo; trabalhador rural; trabalhadores do campo; brasileiros; brasileiras; maioria; família; juventude; movimento negro; povo negro brasileiro; população; servidor público; povo brasileiro; setor popular; camada popular; criador popular; cidadãos; segmentos de baixa renda; povos indígenas; movimentos sociais	povo; eleitores; brasileiros; brasileiras; maioria; esquerda; movimento negro; população; povo brasileiro; setor popular; camada popular; cidadãos; movimentos sindicais
Eles	burguesia; classe dominante; classe burguesa; ricos; empresas; empresários; empresariado; grandes empresas; proprietário; grandes proprietários; latifúndio, latifundiários; donos; donos do dinheiro; neoliberalismo; liberalismo; neoliberais; liberais; elite; adversário; adversários; centrão	oposição; ditadura; ditadores; direita; governo; MDB; ARENA; PSDB; PFL; neoliberalismo; liberalismo; neoliberais; liberais; elite; elites políticas; conservadores; hegemonia conservadora; tradição conservadora; elites conservadoras; modelo conservador; coalizão conservadora; golpe; adversário; adversários; centrão; elites governantes; partidos conservadores; populista

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Os dados acima mostram que há radicais e termos que se inserem em ambas as categorias, a depender do contexto da frase ou do sentido proposto pelo Programa. Trata-se do caso de "neoliberal" ou "liberalismo", vertentes políticas que versam sobre economia, encaixando-se nas duas colunas do quadro por sofrerem críticas direcionadas ora ao primeiro eixo, ora ao segundo.

Já a análise de discurso (Mussalim 2009) possui origem na linguística, a partir de Pêcheux e Dubois. Pêcheux introduz o conceito de "máquina discursiva" na análise, uma espécie de dispositivo que determina, em um certo contexto histórico, possibilidades discursivas dos sujeitos que estão inseridos em alguma "formação social", conceito criado por Althusser sobre um estado de relações, como o antagonismo, entre classes sociais (Althusser 1970 apud Mussalim 2009, 106).

Para Nogueira (2001), ao utilizar-se da linguagem como fonte de significados, deve-se olhar para o espaço linguístico compartilhado entre os sujeitos, a fim de entender o mundo social. Nogueira (2001) também destaca alguns pontos acerca da análise de discurso: a) não há descoberta da "verdade", mas sim uma interpretação

inevitavelmente parcial; b) não são feitas previsões, pois as relações que foram estabelecidas no passado não necessariamente se darão no futuro; c) nessa abordagem o conhecimento é parcial e situado às situações e períodos específicos aqui analisados.

Por fim, a análise do discurso traz rotas para estudar os significados, investigar o implícito e o explícito na linguagem e os padrões de significação e representação presentes na cultura, ou seja, é o estudo aprofundado da linguagem utilizado para identificar padrões (Nogueira 2001). Portanto, foi usada essa análise, após a primeira parte classificatória e quantitativa, para realizar a ligação dos termos observados com o contexto, de forma interpretativa, visando entender a relação entre os termos, de qual forma as palavras foram empregadas, qual a construção de sentido pretendida e, principalmente, como se deu a construção do antagonismo ao longo dos anos.

2 Antagonismos nos Programas do Partido dos Trabalhadores: 1989-2006

Lula, pelo PT, concorreu à presidência pela primeira vez em 1989, primeira eleição direta

para Presidente da República, após 21 anos de Ditadura Militar no país. Na tabela abaixo, para fins de melhor visualização da construção antagônica, foram separados os radicais e termos e a

quantidade utilizada de acordo com as relações antagônicas *econômico-social* e *político* que mais chamaram atenção ao longo do Programa de Governo de 1989:

TABELA 1 – Radicais mais destacados de cada eixo antagônico e quantidade total observada – Programas do PT (1989)

1989	Econômico-social	Político
Nós	trabalhador 172	povo 103
Eles	elite 15	ditadura 40

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Nesse ano, encontraram-se 13 radicais e termos para compor a análise do discurso político de Lula. São eles: classe, ditadura, governo, MDB, ARENA, rico, empresários, latifundiários, dono, elite, conservador, adversário e centrão.

Ao analisar o termo "classe", por exemplo, observaram-se 9 menções, referindo-se especificamente às classes dominantes, ricas, burguesas, entre outros, que Lula apresenta como seu "alvo" direto de ataques e críticas. Com isso, pode-se analisar que o ex-presidente se coloca do lado contrário desse grupo, direcionando seu programa de governo ao "povo", definido aqui pelas classes sociais mais pobres, composta por trabalhadores, operários, pequenos agricultores e trabalhadores sem-terra, etc. É observado, com certa frequência, que Lula se identifica com essa camada da população brasileira, em parte por sua origem, de ex-metalúrgico. Isso ocorre como estratégia de representatividade, com o objetivo de trazer a identificação do povo para com ele, principalmente ao "apontar" quem seriam os verdadeiros culpados pelos problemas da sociedade e dos brasileiros, como a desigualdade social e a violência, por exemplo. Quando Lula utiliza "classe" nesse contexto, em especial "classe dominante", ele está criticando as atitudes, políticas de governo e posições desse grupo, deixando claras sua oposição e discordância política.

Em 1989, foi observado um padrão que se repete: primeiramente, o Programa de Lula define seu alvo, que chamaremos de classe dominante, seguido de ataques e fortes críticas às atitudes,

modo de pensar, políticas e até à existência dessa classe; após, ele procura gerar uma identificação com seu público, reconhecendo-o, nessa análise, por povo, evidenciando os problemas causados pela classe dominante e se mostrando ao lado dele, por entender suas angústias e por fazer parte desse grupo. Essa estratégia do seu Programa possui o objetivo de se colocar como a melhor escolha, para o povo, para presidir o Brasil. Foi notada, também, uma grande influência de teorias de esquerda, com o uso de conceitos como mais-valia e lutas de classe, porém, em comparação com a formação do partido, nota-se o começo da "centralização" da posição ideológica do PT, como afirma Amaral (2003, 155):

Para começarmos, podemos observar no programa petista mudanças voltadas à ampliação de sua base eleitoral. De forma semelhante à ocorrida na década de 80, – quando o PT abandonou um discurso fortemente classista – , os programas de governo estudados nos apontam para o abandono da ênfase em posições ideológicas marcadas, como o socialismo, e para a exaltação da capacidade do partido em resolver problemas concretos da população.

Além disso, segundo Oliveira (2019, 15), a trajetória dos programas de governo do PT está adequada às expectativas de mudanças da "lei de ferro da oligarquia":

A hipótese de Michels sobre a relação entre os aspectos organizativos dos partidos e seus valores ideológicos, resumida na lei de ferro da oligarquia, propõe que quando uma agremiação envelhece e cresce ela é levada por seus líderes a abandonar as posições iniciais em

favor de objetivos políticos mais moderados ou conservadores.

Ou seja, é previsível que o PT comece a se afastar de sua ideologia bem-marcada à esquerda e tome uma posição mais ao centro, ao longo do tempo e de suas campanhas, mas isso

não implica necessariamente no fim dos usos de antagonismos.

Em 1994, foram analisados 12 radicais do total pré-estabelecido: *burguês*, *classe*, *ditadura*, *governo*, *rico*, *empresário*, *proprietário*, *latifundiário*, *neoliberal*, *elite*, *conservador* e *adversário*.

TABELA 2 – Radicais mais destacados de cada eixo antagônico e quantidade total observada – Programas do PT (1994)

1994	Econômico-social	Político
Nós	trabalhador 171	povo 42
Eles	elite 25	neoliberal 17

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Sem dúvidas um dos radicais mais utilizados como alvo de críticas por Lula, “governo” vem associado a muitas discordâncias aos governos anteriores, principalmente o governo de Fernando Collor de Mello. As críticas mais constantes são: à corrupção presente no modo de governar o Brasil, com destaque ao governo Collor, pois o Programa de Lula afirma que tanto corruptos quanto corruptores não são devidamente punidos; aos governos da ditadura, aos quais não faltam desaprovações sobre a corrupção, o autoritarismo, a ineficiência do Estado e a falta de investimento em educação; às políticas neoliberais consideradas fracassadas por seu Programa e às precárias políticas de saúde pública pelos governos anteriores. Com isso, Lula promove seus objetivos sobre esses problemas, afirmando que seu governo teria prioridades radicalmente diferentes, colocando-se como a melhor alternativa para a educação brasileira, pois possuía planos de construir uma política educacional em conjunto com a sociedade. Outra estratégia utilizada foi focar no público jovem, alegando ser uma parcela ignorada pelos antigos governos, segundo o volume Bases do Programa de Governo do PT (1994).

Nesse Programa de Governo, percebeu-se

uma maior influência de esquerda nos discursos de Lula, como a teoria de lutas de classe e mais-valia, usados principalmente para criticar os governos, elites, ricos, empresários, entre outros. Tais conceitos também eram usados como estratégia para unificar seu público, a classe operária, trabalhadores, classes mais baixas etc. Este trecho de Amaral (2003, 116) corrobora com a análise: “Como ocorrera em 1989, o PT busca mostrar ser uma opção à esquerda, afirmando claramente que todas as ações do Estado sob seu comando privilegiariam a distribuição de renda”.

Em comparação com a campanha anterior, 1989, notou-se um maior antagonismo no discurso direcionado ao seu público, nas críticas e “ataques” contra seus alvos e em suas posições e influências políticas. Manteve-se o padrão observado anteriormente, de utilizar as críticas como engajamento e gerar identificação com seu público, ao culpar as classes dominantes por todos os problemas existentes no país.

Na análise do Programa de Governo de 1998, apenas 7 termos e radicais, dos pré-estabelecidos, foram utilizados de forma significativa para as críticas de Lula: *governo*, *rico*, *empresário*, *latifundiário*, *neoliberal*, *elite* e *conservador*.

TABELA 3 – Radicais mais destacados de cada eixo antagônico e quantidade total observada – Programas do PT (1998)

1998	Econômico-social	Político
Nós	trabalhador 48	povo 18
Eles	empresa 7	governo 35

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Essa análise constatou uma mudança em alguns aspectos: as críticas e ataques limitaram-se muito ao governo, principalmente de FHC, sendo o radical "govern" mais utilizado no programa em comparação aos outros analisados, com fortes críticas. Observou-se que a estratégia de Lula nessa campanha foi a de atingir o governo de Fernando Henrique Cardoso, com poucas críticas aos outros alvos do ex-presidente, quando comparadas aos anos anteriores: classe dominante, elites, ricos etc. Entretanto, ele manteve a estratégia do discurso direcionado ao seu público, defendendo seus objetivos e planos de governo e colocando-se ao lado do povo.

Em relação às mudanças internas e ideológicas do PT, nota-se outra mudança: nos programas desse ano, houve uma maior participação dos

partidos coligados, como Amaral exemplifica:

O primeiro ponto que trataremos diz respeito à própria elaboração do programa de governo, que, pela primeira vez, contou com a participação efetiva e sistemática de todos os partidos da frente de apoio à candidatura Lula, seguindo orientação do próprio PT, como podemos observar na seguinte afirmação das "Diretrizes": "Diferentemente do passado, a elaboração programática de 1998 deverá ser feita em conjunto com os partidos da frente" (Amaral 2003, 133).

Esse fato demonstra, mais uma vez, que o partido estava se direcionando ao centro do espectro político, principalmente por abrir mais espaços às coalizões e alianças em seu Programa.

A análise do Programa de Governo de 2002 encontrou 6 termos e radicais: direita, governo, empresários, neoliberal, elite e conservador.

TABELA 4 – Radicais mais destacados de cada eixo antagônico e quantidade total observada – e de Programas do PT (2002)

2002	Econômico-social	Político
Nós	trabalhador 85	povo 73
Eles	elite 6	governo 110

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Essa análise observou o ápice do antagonismo do discurso de Lula. Apesar da quantidade menor de radicais e termos utilizados, ele concentra suas críticas ao governo de Fernando Henrique, mas também manteve sua oposição às elites, à direita e ao neoliberalismo. Porém, houve uma diminuição significativa em relação às empresas, limitando-se aos problemas ambientais e relações delas com o governo. Pode-se concluir que houve uma refinação nas críticas aos seus opositores, pois além de tê-los agrupado mais

em alguns poucos termos e radicais, ele passou a focar nos alvos considerados mais importantes, como o governo, ao mesmo tempo que manteve sua estratégia de identificação com o público. Com isso, é importante lembrar que 2002 foi o ano em que Lula se elegeu pela primeira vez Presidente da República. A influência de teorias de esquerda também continuou presente em suas críticas à concentração de renda da classe dominante, mas de forma implícita e mais suavizada.

Entretanto, foi inserida uma nova estratégia

(Braga e Pasquarelli 2013), nunca utilizada nas campanhas anteriores, de alianças com partidos de direita e centro, como o Partido Liberal (PL), bem como a criação da Carta ao Povo Brasileiro, com um discurso, à parte dos outros volumes de seu Programa de Governo, que apresenta um teor de conciliação:

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país (PT 2002c, 2).

Esse trecho explica a falta de críticas aos empresários ao longo da campanha e a nova coligação do PT. Lula também afirma que será necessária uma ampla negociação com todos os setores da sociedade para garantir a governabilidade e as mudanças desejadas por ele e pelo povo:

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será

implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade (PT 2002c, p. 3)

Ainda nesse aspecto, Meneguello (2008) corrobora essa análise:

De fato, a "superampliação" pragmática do leque de forças de oposição foi formalizada em março de 2002, quando o Diretório Nacional autorizou a aproximação do PT a setores do PMDB oponentes ao governo federal, e ao PL, que viria a compor com Lula a chapa para a presidência da República na eleição de outubro daquele ano. Em junho de 2002, o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro expressou, em definitivo, a nova face do partido, enfatizando a integração nacional como pilar da mudança, articulando uma "vasta coalizão" que aglutinava de lideranças populares a setores do empresariado para a confecção de um "novo contrato social". [...] Tal fato não anula seu discurso contrário à elite nos outros documentos do Programa, pois, ainda na Carta ao Povo Brasileiro, Lula também mantém suas críticas aos governos anteriores, principalmente de FHC (Meneguello 2008, 8).

Já a análise do Programa de Governo de 2006 foi feita com foco em 7 termos e radicais encontrados: oposição, direita, governo, PSDB, PFL, neoliberal e conservador. Em 2006, Lula estava concorrendo à reeleição, após ganhar as eleições de 2002 e ter governado durante os 4 anos seguintes.

TABELA 5 – Radicais mais destacados de cada eixo antagonico e quantidade total observada – Programas do PT (2006)

2006	Econômico-social	Político
Nós	trabalhador 7	povo 5
Eles	-	oposição 5

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

De forma geral, percebe-se que a estratégia de Lula nesse Programa de Governo mudou bastante, por ele ter se tornado situação de governo e não mais oposição, seu discurso deixa de fazer ataques diretos e passa a se defender de seus alvos:

Na verdade, essa oposição busca ocultar seu projeto conservador, mas não consegue encobrir seus preconceitos. Qualificam de "populistas" ou "assistencialistas" às políticas de cunho universal do atual Governo. Não reconhecem esses direitos, que têm melhorado as condições de vida de dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros, permitindo-lhes mandarem seus filhos à escola, beneficiarem-se de

cuidados mínimos da saúde e inclusive acederem ao mercado de consumo (PT 2006, 10).

Devido a suas políticas sociais voltadas ao povo, Lula tornou-se alvo da classe dominante – oposição, neoliberais, conservadores –, sendo chamado de populista, principalmente. Porém, constatou-se que objeções às empresas não estão presentes nesse Programa, ao contrário de Programas anteriores. Nem mesmo houve sequer menção ao “centrão”, muito criticado ao longo do governo FHC. Contudo, Lula mantém sua estratégia de dialogar com o povo: “mais de 52 milhões de brasileiros decidiram pela mudança, votando em Lula” (PT 2006, 8), que agora são identificados como seus eleitores e colocados como os “responsáveis” pelas mudanças positivas ocorridas no Brasil durante seu mandato, por terem acreditado nele em 2002.

Considerações Finais

Nesta conclusão, condensou-se as principais análises acerca dos Programas de Governo de Lula e do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989 a 2006. Durante esse período, observamos uma transformação notável na estratégia política e discursiva de Lula e do PT, que evoluiu de uma retórica fortemente antagônica, baseada

em divisões políticas, econômicas e sociais, para uma abordagem mais moderada e pragmática.

No início das análises, verificou-se que, até a campanha de 2002, o discurso de Lula e do PT progressivamente acentuaram o antagonismo político, econômico e social, destacando a polarização entre “nós” e “eles”. Nos primeiros anos estudados, essa polarização era menos refinada, com críticas dispersas entre diversos opositores, mas, ao longo do tempo, houve uma maior clareza e um maior direcionamento das críticas. A campanha de 2002 marcou um ponto de inflexão, caracterizada por uma mudança ideológica significativa, com uma aproximação ao centro e à adoção de políticas mais inclinadas ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se manteve a estratégia populista de polarização entre “povo puro” e “elite corrupta”.

Já na campanha de reeleição em 2006, Lula adotou uma estratégia completamente diferente, visto que estava no cargo de presidente. Ele passou a ser alvo das críticas da elite, e seu programa de governo foi usado para se defender e destacar os sucessos de seu primeiro mandato. A retórica antagônica diminuiu, especialmente no âmbito econômico e social, embora tenha mantido uma política de aproximação com o “centrão”.

TABELA 6 – Radicais mais importantes ao longo dos Programas do PT (1989-2006)

Econômico-social	1989	1994	1998	2002	2006
Nós	trabalhador 172	trabalhador 171	trabalhador 48	trabalhador 85	trabalhador 7
Eles	elite 40	elite 25	empresários 7	neoliberal 12	-
Político	1989	1994	1998	2002	2006
Nós	povo 103	povo 42	povo 18	povo 73	povo 5
Eles	governo 77	governo 63	governo 35	governo 110	oposição 5

Fonte: Dados extraídos de Fundação Perseu Abramo (2021).

Nas tabelas acima, foram separados os radicais mais usados em cada Programa de Governo. Pode-se observar a mudança da quantidade de citações de cada radical ao longo dos anos, destacando-se o elevado apelo antagonico até 2002, como pode-se analisar em "govern", que aparece mais de 100 vezes em todo o discurso programático. Já em 2006, percebe-se a diminuição significativa desses antagonismos, principalmente do eixo econômico-social, em que não foram encontrados radicais referentes a "eles".

Em síntese, fica claro que a ascensão de Lula e do PT à presidência do Brasil foi, em grande parte, moldada pela construção de relações antagonicas, polarizando o "povo" contra a "elite". Essa estratégia permitiu ao PT se apresentar como a opção democrática e como defensor dos interesses populares. No entanto, ao longo do tempo, houve uma adaptação e moderação ideológica, com a redução do antagonismo econômico e uma maior flexibilidade nas alianças políticas. Ocorreram, inclusive, rearticulações no comportamento dos eleitores. Veiga (2011) observou que em 2006 os eleitores vinculados ao PT tendiam a serem menos escolarizados e menos identificados à esquerda, com postura mais centrista.

Essa discussão ainda apresenta um vasto campo a ser explorado, bem como outros pontos a serem analisados além dos Programas de Governo, mas trouxe à tona algumas nuances importantes sobre a política brasileira, o próprio Partido dos Trabalhadores e as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, pouco analisadas por outros trabalhos acadêmicos. Espera-se que o objetivo de trazer uma maior reflexão acerca das relações antagonicas construídas no período e seus impactos, não só nas eleições presidenciais brasileiras, mas também no sentido de gerar mais atenção ao tema e assuntos relacionados nos futuros estudos da Ciência Política e das Ciências Sociais, tenha sido alcançado.

Referências

Amaral, Oswaldo. 2003. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 1990*. São Paulo: Garçon.

Amaral, Oswaldo. 2010. "Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008". *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 4 (março):105-34. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1710>.

Araújo, Rafael R. Borges. 2021. "Reflexões sobre populismo e democracia no pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe". *Mediações* 26, no. 2 (maio/agosto): 347-61. <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42131/0>.

Braga, Maria do Socorro, Bruno Pasquarelli. 2013. "Significados da chegada do PT à Presidência da República: reflexões iniciais". *Ideias* 2, no. 2 (setembro): 27-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649314>.

Chagas, Juary Luis. 2017. "Da ascensão à queda: gênese, desenvolvimento e decadência dos governos petistas de conciliação de classes no Brasil (2003-2016)". Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36334>.

Fundação Perseu Abramo. 2021. "Centro Sérgio Buarque de Holanda: documentação e memória política". <https://fpabramo.org.br/csbh/>.

Meneguello, Rachel, Oswaldo E. do Amaral. 2008. "Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil". *Occasional Paper* 2, no. 8 (janeiro): 1-25. https://www.researchgate.net/publication/282778970_Ainda_novidade_uma_revisao_das_transformacoes_do_Partido_dos_Trabalhadores_no_Brasil/references.

Mouffe, Chantal. 2013. *Agonistics: thinking the world politically*. Londres: Verso.

Mouffe, Chantal. 2005. "Por um Modelo Agonístico de Democracia". *Revista de Sociologia e Política* 25, no. 11: 11-23. <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZc-DBcYpDCTxTMPc/?lang=pt#ModalArticles>.

Mussalim, Fernanda. 2009. "Análise do discurso". In *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, organizado por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes, 101-42. São Paulo: Editora Cortez.

Nogueira, Conceição. 2001. "Análise do discurso". In *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*, editado por Eugénia Fernandes e Leandro Almeida, 15-47. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. <http://hdl.handle.net/1822/4355>.

Oliveira, Augusto N. Corte. 2011. "Os discursos programáticos dos partidos políticos na América Latina: identidade de classe e política econômica". *Mediações* 16, 1 (1-6): 201-21. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9659>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Oliveira, Augusto N. Corte. 2019. "Organização e ideologia nos partidos da América Latina: uma aproximação da hipótese de Michels". *Dados* 2, no. 1 (junho): 1-38. <https://www.scielo.br/j/dados/a/wCRQf7pXDs3N-qysg8S4FkvM/?lang=pt>.

Perlatto, Fernando. 2015. "Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo". *Revista de Ciências Humanas* 15, no. 1 (janeiro/junho): 256-72. <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3944>.

Pinto, Celi R. Jardim. 2006. "Elementos para uma análise de discurso político". *Barbarói*, no. 24 (janeiro-junho): 78-109. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/217032?show=full>.

Ricci, Paolo, Mauricio Izumi, Davi Moreira. 2021. "O populismo no Brasil (1985-2019) Um velho conceito a partir de uma nova abordagem". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 36, no. 107: 1-22. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nHwmRRJRkWCv7XJVRc3nWsj/?lang=pt#>.

Singer, André. 2009. "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo". *Novos Estudos CEBRAP* 85, no. 11 (novembro): 83-120. <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C-8gFgwCQDNWjK/?lang=pt>.

Tarouco, Gabriela da Silva, Rafael M. Madeira. 2013. "Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos". *Revista Debates* 7, no. 2 (maio-agosto): 93-114. <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/38573>.

Veiga, Luciana Fernandes. 2011. "O partidarismo no Brasil (2002/2010)". *Opinião Pública* 7, no. 2 (novembro): 400-25. <https://www.scielo.br/j/op/a/RVZt67BGC-V5TmyrR3MjqR9p/>.

Anna Júlia Farias de Castro

Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.